

Brasil começa a organizar encontro da ONU sobre reforma agrária

Folha Online
04.12.2005

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, lançou oficialmente a preparação da 2ª Conferência Internacional Sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR) durante entrevista coletiva, neste domingo (04), em Porto Alegre. A conferência, promovida pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), será realizada entre os dias 7 e 10 de março de 2006 na capital gaúcha.

Segundo o ministro, a pauta central do encontro mundial traz a discussão de assuntos relacionados às políticas de acesso à terra e à água, à soberania alimentar, à capacitação rural e à revitalização das comunidades rurais. Ele disse que a escolha do Brasil pela FAO, para sediar a segunda edição do evento, "é um reconhecimento da concentração de esforços do governo federal no combate a pobreza e às desigualdades sociais". O ministro afirmou que a receptividade internacional pela realização do encontro no Brasil "mostra que o país pode ser considerado uma referência em relação ao tema da reforma agrária".

Rossetto destacou ainda que o objetivo da conferência da FAO é recolocar e manter a discussão permanente sobre a reforma agrária e o desenvolvimento sustentável em todo o mundo. "Além disso, os participantes também devem diagnosticar as políticas atuais, sugerir medidas imediatas e parcerias entre os países, além de contribuir para o cumprimento das Metas do Milênio".

Segundo o MDA, os 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) foram convidados para a conferência e a estimativa é que cerca de 1.500 delegados, representantes de mais de 150 países, compareçam ao evento. Entre os destaques estão o secretário-geral da ONU, Koffi Annan, o diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, o presidente do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), Lennart Bage, e o diretor-executivo do Programa Mundial de Alimentos, James Morris.

Também foram convidados, mas ainda não confirmaram presença, os chefes de Estado da Finlândia, Namíbia, Senegal, Moçambique, Congo, Jamaica, Venezuela, Chile, Bolívia e dos países integrantes do Mercosul.